



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
GABINETE DO VEREADOR OCTAVIO SAMPAIO

LIDO

EM: ____ / ____ / ____

1º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI
PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCESSO Nº 8816/2021

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO NASCITURO E DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS RISCOS DO ABORTO, A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 8 DE OUTUBRO.

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, a ser comemorado, anualmente, em 8 de outubro.

Parágrafo único. A efeméride mencionada neste artigo passa a integrar o Calendário Oficial do Município de Petrópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O direito à vida é um direito fundamental que está consagrado no texto constitucional, no caput do Artigo 5º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do **direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).

O direito a vida também é consagrado em diversos pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário, em especial, o Pacto de São José da Costa Rica, interiorizado no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto 678/1992 e erigido a categoria de norma supralegal pelo Supremo Tribunal (RE nº. 466.343), protege o direito à vida desde o momento da concepção:

Art. 4º. Direito à vida.

1. Toda pessoa tem o **direito de que se respeite sua vida**. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, **desde o momento da concepção**. Ninguém pode ser privado arbitrariamente.

Outros pactos internacionais nos quais o Brasil é signatário e que preveem a proteção da vida incluem: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), que preveem a necessidade de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, para a criança.

Por sua vez, o Código Civil Brasileiro (CC), traz previsão legal expressa em proteção ao direito do nascituro em seu art. 2º, ao estabelecer que: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção os direitos do nascituro”. O Código Penal Brasileiro (CP), no art. 124, tipifica o crime de autoaborto e o aborto consentido. No art. 125, prevê o crime de aborto praticado por terceiro sem o consentimento da gestante e, no art. 128, define as hipóteses de aborto legal. O fim a que essas normas penais se destinam é a preservação da vida humana intrauterina e a proteção do nascimento com vida do feto.

A criação do “Dia Municipal do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto”, tem por objetivo em primeiro lugar a celebração do Dom da vida, prestando homenagem às crianças que ainda vivem nos ventres de suas mães e que tem o direito à proteção de sua vida, sua integridade física, mental e espiritual.

No entanto, esse ser humano hoje corre risco onde deveria estar mais seguro, no ventre materno, podendo ser vítima do ato criminoso do aborto. E, por esse motivo, é necessária a criação de uma data que não só celebre a vida do nascituro mas que tenha por objetivo a conscientização para os riscos do aborto.

Nesse sentido, considera-se que a criação de datas comemorativas tem, em geral, duas funções: primeiramente, a do cumprimento de um dever de justiça ante aquilo que se deseja reconhecer; em segundo, a da instrução da sociedade, por meio de participação em celebrações cívicas, a respeito do objeto da comemoração ou o destaque a determinadas questões de interesse coletivo as quais se deseja destacar.

A norma proposta, tem ainda o objetivo de conscientizar a sociedade a respeito das graves consequências da prática do aborto induzido para a saúde física e mental feminina, que são brevemente resumidas abaixo com base em evidências científicas:

1. Correlação entre o aborto provocado e uma série de complicações físicas, tais como hemorragias, infecções e lesões uterinas, infertilidade, gravidez ectópica, partos prematuros posteriores etc. (FRANTZ, 2018);
2. Consequências a médio e longo prazo da interrupção provocada da gravidez para o desenvolvimento e a conclusão natural de processos fisiológicos (CERQUEIRA, 2009);
3. Aumento da incidência do câncer de mama (Lanfranchi, 2013; JL et al., 2012; Carrol, 2007);
4. Sequelas na psique feminina, que levam, por sua vez, a comportamentos de risco e outros problemas de saúde (FRANTZ, 2018);
5. Aumento do risco para transtornos de ansiedade; depressão; abuso de álcool; abuso de maconha; comportamento suicida (Coleman, 2011) (Pedersen 2008) (Cougale 2003;)
6. Maior probabilidade de morrer após um aborto em comparação a dar à luz para as mulheres;
7. Suicídio cerca de seis vezes maior após uma mulher fazer um aborto do que após dar à luz ao seu bebê; e
8. Taxas significativamente maiores de morte para as mulheres até dez anos após o primeiro procedimento, em comparação a mulheres que dão à luz (SOCIETY, 2018).

REFERÊNCIAS:

CARROLL, Patrick S. "The Breast Cancer Epidemic: Modeling and Forecasts Based on Abortion and Other Risk Factors". *Journal of American Physicians and Surgeons* 12, n. 3, Fall 2007, 72:78.

COLEMAN, PK. "Abortion and Mental Health: Quantitative synthesis and analysis of research published 1995-2009". *British Journal of Psychiatry*, 2011, 199:180-6.

CERQUEIRA, Elizabeth Kipman. "Os direitos da mulher e o aborto". In: RAMOS, Dalton Luiz de Paula (Org.). *Bioética: pessoa e vida*. São Paulo: Difusão Editora, 2009.

FRANTZ, Patrícia Junges. "Agravos à saúde física e mental relacionados ao aborto". In: Marlon Derosa (Org.). *Precisamos Falar sobre Aborto. Mitos e Verdades*. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2018.

Jesse R. Cougle, David C. Reardon, Priscilla K. Coleman *Med Sci Monit* 2003; 9(4): CR105-112 :: ID: 4701.

J L et al. "Variation in breast cancer risk associated with factors related to pregnancies according to truncating mutation location, in the French National BRCA1 and BRCA2 mutations carrier cohort (GENESPO)". *Breast Cancer Res* 2012, 14:R99.

LANFRANCHI A, Gentles I., Ring-Cassidy E. *Complications: Abortion's Impact on Women*. 1 ed. Ontario: The deVeber Institute for Bioethics and Social Research, 2013.

Pedersen W. Abortion and depression: A population-based longitudinal study of young women. *Scandinavian Journal of Public Health*. 2008;36(4):424-428.

SOCIETY FOR THE PROTECTION OF UNBORN CHILDREN. *Abortion and Women's Health*. 2018. Disponível em: <https://www.spuc.org.uk/News/ID/383542/Abortion-and-Womens-Health>. Acesso em 08/12/2020.

OCTAVIO S. C. de Paula

OCTAVIO SAMPAIO
Vereador